

Reajustes suavizam arrocho

Depois do reconhecimento público, inédito, de que também eram vítimas do arrocho salarial provocado pela política econômica do governo Collor, os 503 deputados federais e 81 senadores voltam à berlinda com a aprovação, por eles próprios, do projeto já promulgado pelos presidentes da Câmara, Ibsen Pinheiro, e do Senado, Mauro Benevides, que lhes concede um aumento de 102,58 por cento, retroativo a novembro mais o reajuste automático de 20 por cento ainda em dezembro.

O queijo do reino que o deputado Nilson Gibson (PMDB/PE) reclamou não ter poder aquisitivo para comprar, no Natal, está garantido. O subsídio e a representação dos parlamentares passaram de Cr\$ 2,6 milhões para Cr\$ 6,3 milhões brutos. Tudo isso no final do ano quando ainda vão receber uma ajuda de custo de mais de Cr\$ 1 milhão e às vésperas da data-base dos servidores públicos que pode, em janeiro, elevar a remuneração mensal para Cr\$ 8 milhões, no mínimo.

O que, para 34 deputados, foi motivo de constrangimento — 22 da bancada do PT, uma do PSB, oito do PSDB e os três do PCB —, para os trabalhadores, sem dúvida, é motivo de revolta. Afinal, só dependia do Congresso, por exemplo, derrubar os vetos do presidente Collor à política nacional de salários que eles mesmo aprovaram em agosto passado. O

salário mínimo poderia ter sido descongelado e reajustado a cada dois meses e, decerto, os trabalhadores que já não compram — muitos jamais compraram — sequer queijo prato fatiado de padaria, teriam a ligeira ilusão do Papai Noel com uma não menos ligeira melhora salarial. O mínimo continua a ser Cr\$ 42 mil e é com isso ou até três vezes isso que 70 por cento da população economicamente ativa vão festejar o Ano "bom".

Com o argumento de que os cofres públicos não aguentariam, prefeituras tornar-se-iam inadimplentes e as pequenas e médias empresas iriam à falência, os líderes do Governo na Câmara, Humberto Souto, no Senado, Marco Maciel e Ney Maranhão, e o líder do bloco governista, Ricardo Fiúza, convenceram facilmente a maioria dos parlamentares a manter os vetos, em troca de abonos de Cr\$ 10 mil para uma irrigosória parcela de trabalhadores ativos, e sobre o que a União já devia aos inativos, e que ainda não foram votados. Ney Maranhão foi à tribuna para explicar. "As prefeituras do Nordeste não pagam nem o mínimo... Ou melhor, os empresários que antes bebiam água Perrier, estão tomando água perreados". Esses mesmos empresários não pagam o Finsocial — cerca de 20 por cento da folha de pagamento da Previdência — desde outubro.